



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SEXTA (16ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi;
secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto.

Aos vinte e dois dias do mês de maio, do ano dois mil e dezesete, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Jorge Setoguchi; secretariada pelo Sr. Vereador Cristiano Gaioto, a Décima Sexta (16ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 19 de maio de 2017. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Gérson Luiz Rossi Júnior (06), Jorge Setoguchi (07), Luís Roberto Tavares (08), Luiz Roberto De Souza Leite (09), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (10), Marcos Antonio Franco (11), Maria Helena Scudeler De Barros (12), Moacir Genuario (13), Orivaldo Aparecido Magalhães (14), Samuel Nogueira Cavalcante (15), Sônia Regina Rodrigues (16) e, Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Luís Roberto Tavares, para que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Quinta (15ª) Sessão Ordinária, realizada em 15 de maio de 2017, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Jorge Setoguchi e Cristiano Gaioto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei Complementar nº 03, de 2017, do Vereador Luís Roberto Tavares, “alterando dispositivos da Lei Complementar nº 99, de 05 de dezembro de 2000, e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Balancete da Receita e Despesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, “referente ao mês de abril de 2017”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 294/2017 - Assunto: Requer ao Exmo. Sr. Prefeito que solicite ao SAAE para tomar providências quanto à finalização dos reparos na Rua Peru, próximo ao numeral 121, na Vila Dias. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Requerimento Nº 295/2017 - Assunto: Requer a convocação do Chefe de Gabinete e Secretário de Governo, Dr. Danilo Zinetti para prestar informações acerca dos repasses às entidades assistenciais. Autoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 296/2017 - Assunto: Solicito informações ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno: quanto ao atendimento da indicação nº 487/2017, visando construção de casas populares, no Distrito Martim Francisco, bem como em outras áreas possíveis e informações sobre loteamentos com esta finalidade e seus respectivos andamento. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 297/2017 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno e a Secretária competente estudos para que se faça uma revitalização completa, no Parque do Estado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

II. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 298/2017 - Assunto: Requer inclusão do município de Mogi Mirim, no PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE RURAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - PARSAA, visando a facilitação de acesso dos produtores rurais as ações coordenadas de diversos órgãos e departamentos que serão implantadas em alguns municípios. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 299/2017 - Assunto: Solicito ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno e Secretária de Segurança Pública Municipal, informações sobre custo dos equipamentos, materiais e viaturas, essenciais para atuação da Guarda Civil Municipal, discriminados abaixo: Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 301/2017 - Assunto: Requer seja oficiado o Secretário Municipal de Negócios Jurídicos, Dr. Carlos Roberto Marrichi Junior, a convite da Câmara Municipal, compareça no Plenário desta Casa de Leis, no próximo dia 05 de junho de 2017, às 18h30, para expor a todos os Nobres Edis e população, o andamento do pedido de reversão do TAC junto ao Ministério Público do Trabalho, possibilitando novo convênio com a CEBE – antiga Guarda Mirim. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 302/2017 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROCESSAMENTO DAS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 303/2017 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno e a Secretária de Meio Ambiente através do Secretário Sr. Ivair Biazotto, informações da programação de reparos nas Estradas do Sol Nascente e São Francisco. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 304/2017 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno e a Secretária de Meio Ambiente através do Secretário Sr. Ivair Biazotto, informações da programação



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de reparos nas Chácaras Estradas Santa Rita (Chácaras das Uvas). Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 305/2017 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno, reiteração da Indicação 162, que sugere a criação do Festival de Teatro do Estudante Mogimiriano. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 306/2017 - Assunto: Requer ao Prefeito Carlos Nelson Bueno informações do Requerimento 250/2017, sobre minuta de projeto de lei sobre a implantação de pedalinhos no lago do Lavapés. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 307/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE PROVIDENCIE O CORTE DO MATO E A RECUPERAÇÃO DA QUADRA DE AREIA NO COMPLEXO LAVAPÉS, PARA A REALIZAÇÃO DA PRÓXIMA ETAPA DO TORNEIO DE VÔLEI DE AREIA NO LOCAL. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 308/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE, INFORME QUANDO SERÁ ABERTO O PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA A REATIVAÇÃO DA BANDA DA TERCEIRA IDADE, QUE ESTÁ DESATIVADA DESDE O MÊS DE JANEIRO DE 2017. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 309/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ESTUDO JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE, PROVIDENCIE A SINALIZAÇÃO ATRAVÉS DA PINTURA DE SOLO EM FRENTE A EMEB “BRÁULIO JOSÉ VALENTIM” E A ESCOLA ESTADUAL ‘ARISTIDES GURJÃO’, AMBAS NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 310/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ESTUDO JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE, ESTUDO PARA INSTALAÇÃO DE UMA ACADEMIA AO AR LIVRE NAS CHÁCARAS SÃO MARCELO. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 311/2017 - Assunto:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

REQUER-SE AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES REFERENTES À PROJETO E AUTORIZAÇÃO PARA LOTEAMENTO, VISANDO A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES EM MARTIM FRANCISCO. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES, CINOÊ DUZO, LUIS ROBERTO TAVARES, LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, MARCOS ANTONIO FRANCO, SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Requerimento Nº 312/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE PROVIDENCIE A LIMPEZA DO LAGO DE CIMA NO COMPLEXO LAVAPÉS. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 313/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE PROVIDENCIE A RECUPERAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA LOCALIZADA PRÓXIMA AO TEATRO DE ARENA. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 314/2017 - Assunto: REQUEIRO AO PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PARA QUE JUNTO À SECRETARIA COMPETENTE PROVIDENCIE A RECUPERAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DAS QUADRAS 'TRÊS MARIAS', LOCALIZADAS EM FRENTE AO GRÊMIO MOGIMIRIANO, NO COMPLEXO LAVAPÉS. Autoria: CINOÊ DUZO. Requerimento Nº 315/2017 - Assunto: REITERO A INDICAÇÃO 379/2017 QUE SOLICITAVA OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA JAMIL ANDRÉ, NO PARQUE DO ESTADO II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 316/2017 - Assunto: REQUEIRO A EMPRESA ELEKTRO QUE REALIZE MANUTENÇÃO EM POSTE DE ILUMINAÇÃO LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO DIAS REIS, NO MIRANTE. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 317/2017 - Assunto: Encaminha-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Carlos Nelson Bueno: Minuta de Projeto de Lei o qual: “Institui o Programa Bolsa Atleta no âmbito do Município de Mogi Mirim, e dá outras providências”. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 318/2017 - Assunto: REQUER A EXMA. SENHORA ROSEMARY DE FÁTIMA SILVA, SECRETARIA DA SAÚDE, RELATÓRIO SUCINTO DE TODOS OS REPASSES FEITOS À SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, DESDE JANEIRO DE 2012 ATÉ O PRESENTE MOMENTO. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 817/2017 - Assunto: Solicita ao Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, estudos junto a Secretaria competente para a construção de um CEMPI no Parque do Estado II. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 818/2017 - Assunto: SOLICITO AO EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA COMPETENTE, EFETUE A ADESÃO AO PARCELAMENTO DAS DÍVIDAS DO MUNICÍPIO COM O INSS, CONFORME CONDIÇÕES DESCRITAS NA MEDIDA PROVISÓRIA, ASSINADA PELO PRESIDENTE MICHEL TEMER EM 16/05/2017. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 819/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que possa realizar um estudo para criação do Plano Municipal de Segurança Pública. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR GENUARIO. Indicação Nº 820/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA BENEDITA MANO SCHINCARIOL, LOCALIZADA NO BAIRRO SAÚDE. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 821/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA SANTA CRUZ, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 822/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA GUERINO DAVOLI, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA CRUZ. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 823/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE REALIZE PARCERIA COM A EMPRESA SANTA CRUZ PARA DISPONIBILIZAR TRANSPORTE GRATUITO AOS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS EM EVENTOS ESPORTIVOS E CULTURAIS. Autoria: ALEXANDRE CINTRA. Indicação Nº 824/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO EM PLACA INDICATIVA LOCALIZADA NA RODOVIA DEPUTADO NAGIB CHAIB. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 825/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NO PAVIMENTO ASFÁLTICO DA RUA MADRE CÂNDIDA MARIA DE JESUS, LOCALIZADA NO BAIRRO TUCURA. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 827/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviços: providências para pintura das lombadas com urgência na Rua Sebastião Milano Sobrinho, Bairro Jardim Planalto. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 828/2017 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras e Planejamento/Limpeza



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Pública, a realização de limpeza das guias e sarjetas do Bairro Jardim Brasília, principalmente na Rua Júlio Salvato, e suas adjacências, tendo em vista a altura do mato. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 829/2017 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, IMEDIATA MANUTENÇÃO NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA MARCILIANO, LOCALIZADA NO CENTRO. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 830/2017 - Assunto: INDICO AO SAAE A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA AVENIDA LUIZ PILLA, NO DISTRITO DE MARTIM FRANCISCO. Autoria: CINOÊ DUZO. Indicação Nº 831/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, fiscalização em relação ao trânsito, durante o embarque e desembarque de alunos da Escola Municipal Bráulio José Valentim, bem como mudanças referentes ao estacionamento de docentes. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 832/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria competente, estudos para abertura dos portões da Escola Municipal Bráulio José Valentim, às 6h30. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES, CINOÊ DUZO, LUIS ROBERTO TAVARES, LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, MARCOS ANTONIO FRANCO, SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE. Indicação Nº 833/2017 - Assunto: Solicita ao Exmo. Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno que, por meio da Secretaria competente, realize estudos quanto a implantação de sinalização de trânsito, de solo horizontal e vertical, na Rodovia dos Agricultores (estrada vicinal que liga Mogi Mirim - Artur Nogueira). Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. Indicação Nº 834/2017 - Assunto: Indica-se ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, a ampliação de salas de aula, na Escola Municipal Bráulio José Valentim. Autoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 835/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE LIMPEZA NA ÁREA VERDE LOCALIZADA ENTRE O JARDIM TAINA E O SEAC. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES.

Indicação Nº 836/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA ÂNGELO BRUNO, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES.

Indicação Nº 837/2017 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA CESARINO STORT, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES.

Indicação Nº 839/2017 - Assunto: Indico ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal através de Secretaria Municipal competente a imediata manutenção da Estrada Rural PL Aeroporto 823, Sítio da Picada, Perímetro 79, bem como a limpeza do lixo na segunda entrada do Aeroclube de Mogi Mirim Autoria: GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa):

Moção Nº 100/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS COM O SENHOR OLIVEIRA PEREIRA DA COSTA PELO LANÇAMENTO DO LIVRO “O CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS.

Moção Nº 105/2017 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA MARIA ANGELINA MARTINS DOS SANTOS, OCORRIDO DIA 13 DE MAIO DE 2017. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS.

Moção Nº 106/2017 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS A TODOS OS GARIS QUE TRABALHAM EM NOSSA CIDADE EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO GARI “ DIA 16 DE MAIO ” Autoria: CRISTIANO GAIOTO.

Moção Nº 107/2017 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

A TODAS OS ASSISTENTES SOCIAIS DE MOGI MIRIM, EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO ASSISTENTE SOCIAL 15 DE MAIO. Aatoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção N° 108/2017 - Assunto: Moção de congratulações e aplausos às representantes do Conselho Municipal Dos Direitos da Mulher eleitas em 12 de maio, com referência às senhoras vice-prefeita, Dra. Lúcia Tenório e senhora Carla Mazotine, respectivamente eleitas presidentes e 1ª secretária. Aatoria: GERALDO VICENTE BERTANHA. Moção N° 109/2017 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS EX COMBATENTES DO 72º ANIVERSÁRIO DO FIM DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. Aatoria: CRISTIANO GAIOTO. Moção N° 110/2017 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS AOS RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DO CIRCUITO SESC DE ARTES EM MOGI MIRIM. Aatoria: SÔNIA REGINA RODRIGUES. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n.ºs. 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, datados de 12, 15, 16 de maio de maio de 2017, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, Danilo Zinetti, respectivamente, respondendo a respeito do Indicação n° 701/2017; Indicação n° 665/2017; Indicação n° 322/2017; Indicação n° 325/2017; Indicação n° 289/2017; Indicação n° 563/2017; Indicação n° 220/2017; Indicação n° 158/2017; Indicação n° 405/2017; Indicação n° 628/2017; Indicação n° 174/2017; Indicação n° 184/2017; Indicação n° 392/2017; Indicação n° 329/2017; Requerimento n° 82/2017; Requerimento n° 210/2017; Indicação n° 338/2017; Indicação n° 188/2017; Indicação n° 375/2017; Indicação n° 630/2017; Indicação n° 631/2017; Indicação n° 318/2017; Indicação n° 365/2017; Indicação n° 149/2017; Indicação n° 598/2017; Indicação n° 673/2017; Indicação n° 519/2017; Indicação n°



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

520/2017; Indicação nº 684/2017; Indicação nº 260/2017; Indicação nº 715/2017; Requerimento nº 253/2017; Indicação nº 732/2017; Requerimento nº 211/2017; Requerimento nº 136/2017; Requerimento nº 209/2017; Requerimento nº 243/2017; Indicação nº 347/2017; Indicação nº 719/2017; Indicação nº 670/2017; Indicação nº 421/2017; Requerimento nº 236/2017; Indicação nº 221/2017; Indicação nº 222/2017; Requerimento nº 103/2017; Indicação nº 606/2017; Requerimento nº 250/2017, desta Edilidade; (arquive-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados); CI datada de 11 de maio de 2017, subscrita pelo Secretário de relações Institucionais, Beto Amorim, “para informar que, a partir de 17 de maio o jornal Oficial de Mogi Mirim, estaria disponível duas vezes por semana”; (arquive-se). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, registrou as presenças, nas galerias, do Capitão PM Marcelo Soares Cavalheiro, comandante da Força Tática de Mogi Guaçu, e dos atiradores do TG 02-023 de Mogi Mirim, e, ato contínuo, facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Como a primeira inscrita, Vereadora Sônia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. O vereador, desde logo, convidou todos os mogimirianos para audiência pública, agendada para a segunda-feira, dia 28, para tratar da problemática do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC, patrimônio histórico cultural de natureza imaterial de Mogi Mirim, declarado de utilidade pública do povo mogimiriano. Registrou, que os jornais de circulação nacional, do último final de semana, tinham trazido diversas reportagens sobre o MMEC, a Folha de São Paulo, o G1, o canal ESPM, uma cobertura da mídia, mostrando a situação caótica do MMEC, portanto, ele deixava o convite à população e aos amantes do MMEC, o quinto clube mais antigo do Estado, clube que tinha levado o nome da cidade a vários locais do Brasil e do mundo. Frisou que a audiência



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seria importante espaço, para que todos pudessem saber a importância do clube, desde sua fundação até os dias atuais, bem como seria uma tentativa de entender o que estava acontecendo com o ‘Sapão da Mogiana’. Depois, versou sobre suas proposituras, explicando que tinha indicado ao prefeito e ao Secretário de Segurança estudos, visando implantar o Plano Municipal de Segurança Pública, que, para tanto, tinha encaminhado minuta de projeto, utilizado no governo da cidade de Bento Gonçalves, e exemplificou ainda, que a cidade de Diadema também tinha um bom plano, e que, a criminalidade nestas cidades havia diminuído e muito, com o plano, em ação. Afirmou que as reuniões do Conselho de Segurança – CONSEG estavam sempre repletas de cidadãos; que ele estava sabendo também, da integração entre a Guarda Civil Municipal - GCM, a Polícia Civil e a Polícia Militar - PM, num trabalho inédito; que havia ainda, uma grande integração entre a PM, a GCM e os próprios vereadores, bem como de cidadãos, que estavam se empenhando, em fazer grupos de vizinhos, para vigilância, no aplicativo Whatsapp, que os resultados já podiam ser observados, pois já não eram tantas as notícias sobre criminalidade e assaltos à mão armada, certamente, fruto de um trabalho, que vinha sendo desenvolvido, e que, era muito importante dar segurança aos munícipes mogimirianos. Para finalizar, deixou uma palavra de esperança ao povo brasileiro, por conta do cenário nacional, do caos, na política nacional, ponderando que, infelizmente, o povo estava sofrendo, diante de notícias desanimadoras, as quais desestimulavam o cidadão, sempre escravo de impostos, vendo seu imposto escorrer para o bolso de corruptos, vendo empresários, que faziam a delação, devolvendo milhões e viajando, para Nova York, pessoas que tinham faturado milhões às custas do povo, que, agora, estavam morando na 5ª Avenida, e frisou que os partidos políticos, o partido de cada um, não era bandido e nem corrupto, mas eram corruptas as pessoas, as quais tinham que ser punidas e corrigidas e deixou a pergunta: que país era este, que prendia um ladrão de galinhas e deixava impunes os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

grandes ladrões nacionais? Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Alexandre Cintra. Ele iniciou, registrando evento esportivo-cultural, em parceria com o SESC, realizado no Ginásio do Tucuruão, no dia 17 último, do qual ele havia participando, preparatório para o Dia do Desafio, evento previsto para 31 de maio próximo. Registrou, que as atletas medalhistas olímpicas, em Pequim, Lucimar Moura, Rosemar Coelho e Thaisa Prestes, tinham participado do evento e palestrado aos presentes, crianças e estudantes, sobre a importância da educação física, de ter uma vida saudável e o respeito aos professores. O vereador parabenizou o senhor Nelson Theodoro e o Secretário Municipal de Esportes e Cultura, Marcos Antônio Dias dos Santos, responsáveis pelo evento, no entanto, criticou o baixo número de crianças presentes, sugerindo que mais EMEBs pudessem ter participado, e afirmou, que a ausência se dera, por falta de transporte. Em razão disso, explicou, apresentara indicação nº 823, sugerindo esforços para efetivar parceria com a empresa Viação Santa Cruz/Benfica, com o objetivo de disponibilizar ônibus, para o transporte gratuito dos alunos aos eventos culturais e esportivos da cidade, bem como, o vereador sugeriu aditar o contrato existente, entre a empresa e o município, para ratificar a parceria, como forma de incentivo cultural, esportivo, educacional e social. Pediu, por fim, sobre outro assunto, que os pares se propusessem a seguir os protocolos regimentais da Câmara, sabendo todos distinguir entre o que era uma indicação e o que era um requerimento, e explicou ao público, que a razão de tantas indicações ‘disfarçadas’, em requerimentos, era porque os requerimentos eram lidos, em plenário, na frente das câmeras, e as indicações não, e sugeriu, enfim, aos que desejassem citar suas indicações, que o fizessem, no uso da palavra, durante os cinco minutos regimentais. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon. Ele aproveitou a presença do Capitão PM Marcelo Cavalheiro, comandante da Força Tática de Mogi Guaçu, dos atiradores do TG 02-023 de Mogi Mirim, e do senhor Sebastião Zoli Júnior, para parabenizar a todos, pelo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

evento do Dia da Vitória, promovido pela Câmara de Mogi Mirim, em homenagem aos ex-precinhas da Força Expedicionária Brasileira – FEB, registrando que o evento tinha sido ‘muito bonito e emocionante’. Depois parabenizou a Santa Casa e sua nova provedoria, pela melhoria do atendimento, no hospital, que ele mesmo constatara, quando acompanhara um doente, para consulta. Disse que o atendimento tinha sido ‘nota dez’, que a biopsia já tinha sido feita, mas que, infelizmente, o paciente fora encaminhado ao Centro Boldrini, em Campinas, para tratamento. Frisou, porém, que o usuário tinha notado a diferença, no atendimento, na Santa Casa. Lembrou, que a Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara, constituída para tratar dos assuntos relativos à Santa Casa, tinha feito uma reunião, no hospital, e ele tinha certeza, portanto, que a melhoria era fruto também desta reunião, quando já era visível a mudança de comportamento, bem como visível a total diferença da atual, para com a antiga provedoria. Para concluir, registrou, mais uma vez, a situação de um buraco, localizado no Bairro Santa Luzia, próximo à bifurcação do Jardim Bicentenário, o qual já tinha sido recuperado, mas cederia, novamente, estava com mais de um metro de profundidade, tendo ele a impressão, de que o problema se estendia ao longo da rua, até o final do bairro. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo. Ele cumprimentou os atiradores do TG 02-023, cumprimentou o Capitão PM Marcelo Cavalheiro, comandante da Força Tática de Mogi Guaçu, e registrou as presenças das pessoas, moradores do Parque das Laranjeiras, que sempre vinham às sessões, na esperança de ouvirem algo de concreto sobre o bairro, esperando o vereador, que um dia, eles recebessem a notícia tão aguardada. Registrou, que muitos vereadores estavam empenhados na regularização do bairro e no asfaltamento das ruas e, para concluir, saudou o Professor Newton Magalhães, inscrito para uso da palavra, em Tribuna Livre, sublinhando que ele, vereador, respeitava todas as profissões, mas o professor era a mais sublime de todas. Como o próximo inscrito, Vereador Cristiano Gaioto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Este, de início, agradeceu a presença dos atiradores do TG 02-023, de Mogi Mirim, nas galerias, os quais, sistematicamente, acompanhariam os trabalhos da Casa, sob pedido do comando. A seguir, falou sobre o Requerimento nº 236/2017, que ele apresentara, solicitando informações sobre as escrituras das casas do Jardim Europa, haja vista que ele tinha sido procurado, por moradores do bairro, preocupados com a falta do documento. Relatou, que recebera resposta oficial, da Secretária de Planejamento, Paula Zeferino; que o loteamento tivera a matrícula inicial bloqueada, por conta de dívidas do loteador, para com o INSS; que o município, então, buscava um movimento administrativo, para um processo de usucapião coletivo; que, em breve, técnicos entrariam em contato com os moradores, para mais informações, que a regularização do Jardim Europa estava em andamento, e que, ele informava tais fatos também ao Vereador Luís Roberto Tavares, pois era de seu conhecimento, que o vereador tinha a mesma luta há tempos, portanto, o Vereador Geraldo Bertanha apenas reforçava esforços. Depois falou sobre o Projeto de Lei nº 58, de 2017, do Prefeito Municipal, dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 5.446/2013, que tinha aprovado o Conjunto Habitacional de propriedade da empresa MLLC – Mogi Mirim Empreendimentos Imobiliários, localizado na Avenida Pedro Botesi. Explicou, que o projeto atual estava totalmente descaracterizado, em relação ao projeto inicial, protocolado pela empresa no setor de planejamento da Prefeitura; que o projeto inicial era voltado à habitação, nos moldes do programa Minha Casa/Minha Vida; que, em razão disso, o projeto recebera isenção de mais de setecentos e oitenta e sete mil reais, sob a peja de ser de interesse social; que fora constatado, atualmente, que o projeto não se enquadrava nos moldes do Minha Casa/Minha Vida, portanto, devendo ser revogada a lei, e que, ele pedia atenção ao assunto, haja vista que os vereadores precisavam evitar que abusos, tais como, esse, continuassem existindo, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

município, caso de um cidadão tentando ludibriar o Poder Executivo. Na sequência, cumprimentou os vereadores Tiago e Moacir, pela proposta de audiência pública, para trato de assuntos referentes ao MMEC, desejando que o encontro trouxesse frutos, pois ele era sabedor que, apesar da lei do patrimônio, o clube era entidade privada e o cidadão, que estava no comando do clube, tinha acabado com todo o patrimônio, só restando ao MMEC seu nome, uma situação vergonhosa. Ele desejava comparecer à audiência e colaborar, embora acreditasse ser muito difícil reverter situações. Por fim, registrou requerimento aprovado, através do qual solicitara a presença do Secretário de Governo, Danilo Zinetti, para estar na Casa, dia 19 de junho, objetivando explicações acerca das entidades assistenciais. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior. Ele, de início, fez referência ao professor Newton Magalhães, do Curso Pré-vestibular da Paróquia São Joaquim e Santana – SANQUIM, inscrito para uso da palavra, em Tribuna Livre, comentando sobre a importância, ao município, das ONGs e entidades. Disse, que a sociedade deveria olhar o que era positivo, dentro dela, ou seja, o trabalho das entidades, compostas por pessoas de bem; que o SANQUIM, nos seus quatro anos de existência, vinha desenvolvendo um trabalho bonito, em parceria com a Paróquia São Joaquim e Santana; que a Igreja tinha um papel de cunho social e de assistência ao próximo; que muitos movimentos, ONGs e outras associações tinham surgido, no berço da Igreja; que o SANQUIM, mesmo nascido dentro da Igreja, tinha um objetivo inédito e inusitado, que eram a educação e o acesso a um cursinho pré-vestibular gratuito, preparando os menos favorecidos, para participarem da disputa pelas vagas universitárias, em igualdade, com os alunos das escolas particulares; que ele tinha apresentado projeto, para declaração da entidade, como de utilidade pública, a fim de que o município pudesse dar algum tipo de auxílio, acolher mais esta ONG, para que, no futuro, ao longo do tempo, médio e longo prazo, o município pudesse atender mais esta entidade, e que, ele próprio conhecia o trabalho da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ONG, pois muitos alunos tinham passado por lá, registrando, por fim, parabéns ao trabalho dos envolvidos, com o SANQUIM. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele comentou sobre a solenidade do último dia 19, a Comemoração do Dia da Vitória, promovida pela Câmara de Mogi Mirim, citando a participação do historiador Nelson Patelli Filho, o orador oficial do evento, bem como as presenças dos familiares dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira – FEB; as presenças de representantes da Polícia Militar; da PM Rodoviária; da Guarda Civil Municipal – GCM e dos Bombeiros; da Dirigente de Ensino, Regina Novaes; dos alunos da EE Coronel Venâncio; da EE Rodrigues Alves e da EE Monsenhor Nora, incluindo, ainda, a presença dos representantes das lojas maçônicas da cidade; dos músicos da Banda Lyra Mogimiriana, do Comando da Delegacia Militar e agradeceu a presença maciça dos atiradores do TG 02 – 023, e de seus familiares, bem como, do público, em geral. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. O vereador informou que tinha ingressado com representação, junto ao Ministério Público, acerca do cálculo equivocado, presente nas contas de energia elétrica. Explicou, que o consumidor que pagava uma conta de duzentos reais, na realidade, pagava cinquenta reais de energia e o restante da conta eram encargos; que o ICMS deveria ser cobrado apenas sobre o consumo da energia, mas estava sendo cobrado, sobre o montante total; que este era um erro grande, na forma da cobrança; que ele conversara também, com o Promotor; que, caso o promotor decidisse não entrar com ação, ele levaria a representação para outras esferas, pois era um procedimento, que estava retirando do trabalhador mogimiriano, que ele não estava falando da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Contribuição para Iluminação – CIP, mas da energia elétrica mesmo, e que, em alguns lugares, no Brasil, os consumidores tinham ingressado, na Justiça, sobre o assunto, e que, estava-se muito discutindo, no país, sobre isso. Depois, comunicou que tinha realizado uma primeira reunião, na FATEC, sobre o projeto de implantação da Incubadora de Empresas da Baixa Mogiana; que desta reunião tinham participado representantes da Associação Comercial – ACIMM, do SEBRAE, da Prefeitura Municipal e da própria FATEC; que o seu assessor, Pedro Laurindo, e ele, orador, eram os idealizadores dessa incubadora, que ele estava aguardando pelas próximas reuniões e visitas às incubadoras das cidades de Limeira e Itapira, para verificar, qual a melhor plataforma a ser implantada, se mista, ou se tecnológica, e que, a incubadora seria passo importante, para o crescimento da cidade. Falou ainda, sobre as muitas reclamações, oriundas dos moradores do Parque das Laranjeiras, haja vista a ausência de melhorias no bairro, as ruas intrafegáveis, inclusive, sobre os muitos moradores que não estavam residindo, em suas próprias casas, mas estavam abrigados, nas casas de parentes, porque não havia como se tráfegar, pelo bairro, e reclamou do estado, em que certos pontos da cidade ficavam, quando de chuvas fortes, pontos tais como, o Túnel Mário Covas e a Avenida Brasil. Destacou que a cidade toda ficava ‘na mão das enchentes’ e, para concluir, clamou por obras, o mais breve possível, para prevenção, em preparação para tais momentos, no futuro. O próximo orador foi o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino. Ele convidou a todos para audiência pública, relativa à proteção e defesa dos animais abandonados, para o dia 24, às 19 horas, no Plenário da Câmara Municipal. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Marcos Antonio Franco. Ele também abordou a caótica situação do Parque das Laranjeiras, narrou fatos do seu trabalho noturno, no bairro, dirigindo a ambulância, enquanto motorista da Prefeitura, que era. Disse que, com a chuva, o bairro estava um caos, e que, para atender aos chamados, tinha necessitado fazer manobras, subir ruas, para somente descer outras, caso contrário, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ambulância ficaria atolada. Afirmou que os bairros Bela Vista e Planalto Mirim também estavam em situação caótica e narrou a história de uma moradora, cujo pai era cardíaco e necessitava atendimento, mas chamada a ambulância do resgate, para o ir buscar, a fim de o levar até o hospital, o médico se negara a percorrer as ruas do bairro e lhe sugerira ‘chamasse um taxi’, ou o ajudasse depois, para desatolar a ambulância. O vereador criticou o atendimento do SAMU 192 e citou outro caso, o de um paciente, que tinha ido se tratar, em Ribeirão Preto, num dia de chuva forte, e solicitara a ambulância, mas que tivera que abrir o guarda-chuva dentro do veículo, porque chovia dentro. Disse que os pacientes eram transportados, como animais, enquanto pagavam impostos bem altos, para sustentar corruptos e covardes, e que, a pessoa era maltratada, justamente, quando precisava recorrer aos serviços públicos. Sobre a corrupção, citou Apocalipse 3,17. Na sequência, mandou um recado aos motoristas, que estacionavam nas vagas, para deficientes, pedindo que não estacionassem, em hipótese alguma, e mencionou sua filha paraplégica, e narrou como eles ficavam tristes, quando vinham à cidade e se deparavam com as vagas ocupadas por ‘canalhas’, pessoas que tinham dois braços e duas pernas perfeitas, mas não tinham consciência, de que o próximo, o deficiente, precisava da vaga. Relatou outros fatos de sua vida particular, de quando acompanhava sua filha ao banco, de quando a levava passear, pela Vila Dias, tendo de carregá-la, no colo, tendo que pular ponto de ônibus, tendo que colocar sua filha sentada, no chão, e afirmou que passava da hora de uma consciência coletiva, em prol do próximo, da acessibilidade, de cuidar mais do povo, pensar mais no próximo e parar com a ganância. A próxima oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela iniciou, sublinhando que a manifestação o Vereador Marcos a tinha entristecido e muito e questionou o que dizer, diante do atual momento da cultura brasileira, quando os escândalos envolviam muitos. Depois, disse que discordava das colocações feitas pelo Vereador Tiago Costa, acerca da crise



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

política brasileira, porque os escândalos envolviam sim, todos os partidos e quase a maioria de agentes públicos; que isto era vergonhoso, pois chegara até ao Poder Legislativo; que os políticos eram acusados de vender medidas favoráveis aos seus financiadores, algo que a preocupava e muito, pois se preocupava com o futuro do país, país que já estava no buraco, e citou a matéria noticiada, em dois jornais de Mogi Mirim, sobre o terceiro bloqueio dos bens do ex-prefeito Gustavo Stupp, resultado de uma representação, de autoria dos vereadores Cinoê, Luís Roberto, Luzia, Luiz Guarnieri e ela, oradora, acatada que fora, pelo Dr. Rogério Filócomo, Promotor de Justiça. Relatou ainda, que esses vereadores da legislatura passada tinham feito uma verificação no Complexo Lavapés; que as obras de desassoreamento, do lago, tinham relevado várias ilegalidades; que os vereadores tinham ingressado com a representação junto ao MP; que era preciso narrar tais fatos, porque a população perguntava sempre, o que iria acontecer com o ex-prefeito; que era preciso dizer, num momento como o atual, quando o país se afundava no buraco, quando a maioria dos políticos não estava valendo nada, que a Câmara, na sua última legislatura, alguns de seus representantes, com hombridade de sobreviver – perdiam todas – ingressou com a representação contra o ex-prefeito e ele, o ex-prefeito, pelo o que ela entendia, pagaria advogados, por muitos anos na vida, pois, se não preso, estava no terceiro bloqueio de bens. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. O vereador sublinhou que o país estava vivendo momentos delicados, enquanto que, na Câmara, ouviam-se as lóstimas sobre um ex-prefeito, que havia tripudiado Mogi Mirim, pois, além de ter feito uma administração péssima, humanitariamente, ele tinha sido horrível, justamente, ele, que, quando vereador, citava, constantemente, que a ‘cidade era feita de pessoas’, e tinha agido ao contrário, abandonando as pessoas, as quais mais precisavam, instalando o caos, na cidade. Afirmou que era necessário fazer com que o ex-prefeito Gustavo Stupp pagasse por todas as coisas que ele tinha feito, contra Mogi Mirim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

numa gestão horrorosa, e passou a questionar os empreendimentos imobiliários efetivados, na última gestão, citando que o ex-prefeito tinha concedido benefícios enormes aos empreendedores forasteiros e parabenizando o Vereador Orivaldo Magalhães, porque ele tinha ingressado com representação, contra dois loteamentos irregulares, os quais estavam sendo comercializados, na zona rural de Mogi Mirim. Citou o Projeto de Lei nº 58/2017, constante da pauta da Ordem do Dia, para revogação da Lei Municipal nº 5.446/2013, que tinha aprovado o Conjunto Habitacional de propriedade da empresa MLLC – Mogi Mirim Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., o qual obtivera isenção para habitações de interesse social, deixando de pagar vários impostos. Falou que tais situações tinham prejudicado a cidade, de modo geral. Ato contínuo, convidou todos, especialmente, ao Vereador Geraldo Bertanha, para audiência pública, de sua iniciativa, ao lado do Vereador Tiago Costa, ambos do PMDB, encontro para debates, em torno da situação do MMEC, porque a cidade de Mogi Mirim estava perdendo seu grande patrimônio, haja vista que, em dois anos, estava-se acabando com o que fora conquistado durante décadas. Disse que os vereadores do PMDB queriam trazer ‘luz’, para as discussões, e que, o atual presidente do MMEC era ‘a treva’ e precisava ser banido da cidade, pois aportara aqui, somente para destruir. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Magalhães. Afirmou, que seu defeito era não ter memória curta; que, para ‘meter o dedo na ferida’ era preciso ter ‘peito e coragem’ e se colocar à disposição da morte, mas ele tinha que falar, porque Jesus havia apontado à doação ao próximo e eram poucas as pessoas, que colocavam Seus ensinamentos, em prática; que ele citaria o nome de Paulo Silva, pois, ao lado de Carlos Nelson Bueno, ambos tinham sido os melhores prefeitos de Mogi Mirim; que Paulo Silva, com poucos mil reais, tinha conseguido arrumar o lado leste do Parque das Laranjeiras, colocara iluminação no bairro e água; que ele perguntava a todos, onde tinham ido parar os quarenta e dois milhões de reais, anunciados no Jornal O Popular, em outubro



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de 2013, os quais eram destinados a arrumar o Parque das Laranjeiras, e ainda, perguntou mais, inquirindo se o processo não havia tramitado, pela Câmara municipal, haja vista que dez milhões de reais resolveriam o problema do Parque das Laranjeiras e inqueriu o que tinha acontecido, com o dinheiro, que tinha chegado do Governo Federal, pelas mãos de um deputado; que a Câmara deveria ter investigado o que fora feito deste dinheiro, se fora desviado; que passavam-se anos, entravam novos anos e o Parque das Laranjeiras era o comentário, mas apenas comentário, porque o problema daquela população nunca era resolvido, que ele queria saber dos quarenta e dois milhões de reais, da prestação de contas, mas também, era sabedor que, dificilmente, teria resposta para suas indagações, e que, tudo isso era triste e lamentável. O vereador passou a falar sobre o transporte coletivo, colocando que, em Mogi Guaçu, a tarifa de ônibus custava R\$ 3,50, enquanto que, em Mogi Mirim, a tarifa era de R\$ 3,50, quando todos sabiam, que Mogi Guaçu era muito maior que Mogi Mirim, bem como, as distâncias percorridas maiores; que ele testemunhara, que o ônibus da empresa Benfica não tinha conseguido subir o Morro do Zerão, numa situação inusitada, que ele se lembrava que, quando a Viação Santa Cruz era a administradora do transporte coletivo, em Mogi Mirim, que os ônibus eram todos novos, portanto, ele concluía, que o povo era tratado como ‘gado’, transportado por um ‘caminhão boiadeiro’, e que, tal situação precisava ser revista, o mais rápido possível, pois o mogimiriano não era ‘gado’. O próximo orador, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistiu da palavra. Não havendo mais Vereadores inscritos, o Sr. Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à **“TRIBUNA LIVRE”**, e deu ciência à Casa da existência de dois oradores, regularmente inscritos para uso de Tribuna Livre, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Sr. Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário, primeiramente, o Senhor professor *Newton Magalhães*, que apresentou o resumo do trabalho realizado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

*durante seis anos de existência do Curso Pré-vestibular Gratuito da Paróquia São Joaquim e Santana - SANQUIM, e, em seguida, o senhor Luiz Barrichello, que versou sobre a educação de jovens e adultos, cujos discursos foram gravados, em formato digital, à disposição, nos arquivos da Câmara, por trinta dias. Para a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara suspendeu a Sessão às 19h57, para reabri-la, posteriormente, às 20h54. Posto isto, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h55, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 58, de 2017, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a revogação da Lei Municipal nº 5.446/2013, que aprovou o conjunto habitacional de propriedade da empresa MLLC – MOGI MIRIM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. Para debater a matéria, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Destacou que a Comissão de Finanças e Orçamento não relatara o processo, nem emitira parecer sobre o assunto, mas ela tinha conversado com a Secretária de Planejamento, a qual lhe relatara, que o empreendimento não tinha nada de interesse social; que ela tinha buscado a lei, que tinha sido aprovada, na legislatura passada, de autoria do ex-prefeito Gustavo Stupp, a qual tinha estabelecido normas técnicas para as habitações coletivas de interesse social, colocando que se tratavam somente de condomínios verticais; que existiam duas faixas para tais empreendimentos, faixa 2, como, por exemplo, era o empreendimento do Sindicato dos Funcionários, em torno de cento e quarenta e cinco mil reais a unidade, e faixa 1, como,*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

por exemplo o empreendimento Terras de São José, localizado no final da Avenida Exedito Quartieri, onde tinham sido empregados subsídios do governo federal; que o empreendedor não tinha requerido isenção de nada; que o conjunto habitacional, portanto, não estava preparado para ser considerado de interesse social; que a lei era clara ao dispor, que a construção de habitação se destinava a atender necessidades habitacionais e promover o desenvolvimento social das famílias, nas faixas de interesse social, com renda familiar de zero até três salários mínimos, e rendimento familiar acima de três até seis salários mínimos, que o empreendimento deveria ser revogado como de interesse social, e que, seria este seu voto. Também discursou o Vereador Tiago César Costa. Ele afirmou ter sido o relator do projeto, em discussão; que a lei, que se pretendia revogar, tinha sido elaborada para cento e setenta e seis unidades habitacionais, mas fora aprovada com duzentas e vinte e quatro unidades, todo o trâmite, com pareceres favoráveis; que ele verificara, que o empreendimento tinha, de fato, fugido de sua proposta inicial, ou seja, o âmbito social, para atendimento da população mais carente, faixa Minha Casa/Minha Vida; que a Câmara não era contrária a projetos, que beneficiassem a população mais carente, todavia, o empreendedor não tinha sido fiscalizado e sequer cobrado e o projeto não tinha cunho de interesse social; que se assim tivesse sido, certamente, hoje, várias famílias estariam sendo beneficiadas, mas não fora o ocorrido e o empreendimento tinha sido feito, numa faixa superior ao Programa Minha Casa/Minha Vida; que o empreendimento tinha acrescentado apartamentos à planta original, ninguém sabia o porquê, desviando-se assim, da principal finalidade; que a isenção chegara a mais de setecentos mil reais, em IPTU e outros impostos, e, em razão disso, o município tinha deixado de arrecadar um montante particularmente alto, que poderia ter sido revertido à população, de modo geral; que o empreendimento tinha se desvirtuado, no percurso; que, como relator, ele não tinha constatado qualquer óbice constitucional, ou regimental,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

então, ele emitira seu parecer favorável à revogação, que, com relação ao mérito, antecipava que o empreendimento tinha sido criado, para ser de finalidade social, e partira para outro rumo, e que, pedia a aprovação da matéria e a revogação da lei, para que os cofres públicos recebessem os setecentos e cinquenta e seis mil reais de tributos e taxas, de forma devida, e o empreendedor prosseguisse, com sua intenção de construir. O próximo a argumentar sobre o projeto foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que apenas acrescentou, que o conjunto habitacional tinha sido aprovado, contendo uma gleba de quatorze mil, oitocentos e setenta e quatro mil metros quadrados, para duzentas e vinte e quatro unidades, as quais seriam comercializadas, através do Programa Minha Casa/Minha Vida, com valores a partir de cento e trinta e cinco mil reais, valor este, condicionado pela Caixa Econômica – CEF ao Programa Minha Casa/Minha Vida; que, de fato, o empreendimento estava sendo comercializado ao valor de cento e quarenta e nove até cento e cinquenta e nove mil reais, fugindo assim, do patamar do Minha Casa/Minha Vida; que, com base em tais dados, o Município tinha resolvido revogar a lei, que o empreendedor não estava preocupado, apenas queria ter o seu empreendimento aprovado e regularizado, e que, a Casa não deveria permitir que um projeto, que tinha se desvirtuado, prosseguisse, solicitando, enfim, a revogação da lei. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Este apenas declarou, para alimentar discussão, que ao dar entrada para sua aprovação, o empreendimento tinha cumprido com as taxas do SAAE e aprovação, relatou que o empreendimento tinha iniciado o processo, pagando o devido aos cofres, mas, no meio do percurso, tinha recebido lei de isenção, quando, então, a Secretaria de Planejamento constatara que os valores estavam acima e, consultando a CEF, verificara que ele não estava incluso nas faixas do Minha Casa/Minha Vida, portanto, se não estava contido, num programa habitacional, não era de interesse social, logo, não havia necessidade do município manter a isenção e o empreendimento deveria pagar



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

os tributos. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador André Albejante Mazon, colocando que tinha feito uma pergunta ao Procurador da Câmara, Dr. Fernando, e que ele havia dito, que o projeto deveria ter sido submetido a mais duas outras comissões, antes de sua análise, em plenário. Diante da dúvida, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, suspendeu a sessão, em curso, às 21h20, para reabri-la, ato contínuo, às 21h23, submetendo a matéria à votação; (submetido a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 58/2017, do Prefeito Municipal); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim); **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 2.** Substitutivo ao Projeto de Lei nº 24, de 2017, ambos de autoria do Vereador Gerson Luiz Rossi Junior, “instituinto a Semana Municipal de incentivo à doação às Entidades do Terceiro Setor e dando outras providências”; (colocado a votos, em sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Segundo (2º) Turno, o substitutivo ao Projeto de Lei nº 24/2017, ambos do Vereador Gerson Luiz Rossi Junior); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Sônia Regina Rodrigues, que, desde logo, parabenizou a Vice-prefeita, Dra. Lúcia Maria Ferreira Tenório, e a Oficial da Câmara, Carla Maria Mazotina, em virtude da eleição de ambas, para a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, respectivamente, Presidente e primeira secretária do conselho. Depois parabenizou o Vereador Cinoê Duzo, pela sua interpelação, durante a Tribuna Livre, estabelecendo que concordava com ele, pois o orador Luiz Barrichelo tinha se desviado do assunto, objeto de sua inscrição na Tribuna Livre, não tendo sido advertido pelo Presidente da Câmara, sublinhando, que, na Câmara, dever-se-ia buscar a união de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

forças e não a divisão, nos assuntos de interesse da sociedade. Para finalizar, convidou a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e as demais mulheres mogimirianas, para a Virada Feminina da Assembleia Legislativa – ALESP, a ser realizada dia 28 próximo, domingo, das 8 às 18 horas, na ALESP. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Tiago César Costa, que versou sobre a Contribuição para Iluminação Pública – CIP. Afirmou que tal contribuição jamais deveria ter sido criada, para ser o caixa da prefeitura, mas que assim tinha sido; que ele indicara ao prefeito a revogação da lei da CIP, porque ela vinha para ‘fazer caixa’, para a prefeitura, e ninguém sabia onde era empregado o dinheiro arrecadado, o qual deveria ter sido revertido à manutenção e ampliação da rede de iluminação; que o contribuinte pagava, atualmente, aquilo que tinha sido estabelecido pela antiga gestão, numa espécie de estudo, projetado para oito anos futuros; que, num levantamento rápido, ele constatara, que a média de arrecadação mensal era de quinhentos e quarenta mil reais e inquiriu se o município tinha, ao menos, eletricitas para tanto serviço; que era perceptível uma melhora na iluminação, mas não era possível continuar com tal arrecadação, nos moldes construídos pelo governo anterior; que o dinheiro arrecadado, pelo erário, seria suficiente para transformar Mogi Mirim numa Paris, Cidade Luz, haja vista que o dinheiro estava atrelado e não poderia ser utilizado, em outras áreas, infelizmente, portanto, era, de fato, um caixa; que ele pedia a revogação e o envio de um novo projeto de lei, mais justo ao povo mogimiriano, haja vista que Mogi Guaçu cobrava a taxa no patamar de três a quatro reais, enquanto que, Mogi Mirim, cobrava de quinze a dezesseis reais do seu consumidor, logo, dever-se-ia fazer um estudo, para que a população mogimiriana pagasse o que era justo; que ele recebera resposta à sua solicitação de revogação, assinada pelo Secretário Financeiro da Prefeitura, Roberto Oliveira, informando que a administração tinha feito estudos preliminares, para mensurar, com precisão, o quanto seria necessário para o custeio da iluminação pública, também, pela resposta, que seria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

apresentado o Plano Plurianual de Investimentos – PPA, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas relativos aos programas de duração continuada, a ser remetido à apreciação da Câmara, portanto, que seriam necessários estudos, para definir os próximos quatro anos, e de quanto seria o gasto, logo, era inviável e prematura qualquer revogação na lei, a qual disciplinava a matéria, e qualquer mudança na cobrança; que a CIP era difícil ao contribuinte, todos os meses, portanto, na opinião do vereador, não era ‘prematura a revogação da lei’, mas ‘premature’ era o morador do Parque das Laranjeiras pagar IPTU, CIP e demais taxas e não ter asfalto na sua rua. Salientou, que a administração deveria ser justa, para com o contribuinte mogimiriano, e remeter um projeto de revogação da lei da CIP, haja vista que os mogimirianos estavam sendo enganados, porque pagavam por uma iluminação caríssima, da qual não desfrutavam, e informou, finalmente, que existia uma ação sobre o assunto, correndo na Justiça, a qual seria, um dia, decidida. O próximo orador foi o Vereador Alexandre Cintra. Ele efetuou convite, em nome dos educadores físicos, para o dia 31 de maio – Dia do Desafio, convidando todos à participação, bem como convidou para a I Semana do Brincar, a ser realizada, pela Secretaria de Educação, na Estação Educação, cujo encerramento se daria com um ‘grande momento’, que seria a devolução, ao público, da Brinquedoteca, portanto, sua reabertura, no sábado, dia 27, às 11 horas. O vereador parabenizou a Secretária de Educação, Professora Flávia Rossi, pela retomada do equipamento educacional e cultural Brinquedoteca, divulgou sua página, na rede social Facebook – Vereador Alexandre Cintra e, para concluir, agradeceu aos membros da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros, especialmente, aos Vereadores Luís Roberto Tavares, Geraldo Bertanha e Tiago César Costa, pela aprovação do projeto de denominação de área verde, para José Lúcio Góí, projeto de sua iniciativa, bem como, ao fim, leu um histórico da vida do radialista José Lúcio Góí. O próximo orador foi o Vereador André Albejante Mazon que, rapidamente, completou discurso anterior,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parabenizando também à Mesa e aos funcionários da Casa, pela realização do evento do Dia da Vitória. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele também versou sobre a CIP e relatou que, desde que este projeto chegara à Casa, no passado, para apreciação e votação, ele tinha se posicionado de forma contrária, pois entendia a proposta como absurda; que os então vereadores Maria Helena, Luís Roberto, Luzia Cristina, Luiz Antonio e ele, orador, tinham dado voto contrário, pois o projeto tinha sido duvidoso, desde o seu nascimento; que dever-se-ia investir na equipe, no quadro de funcionários, que estava fazendo o trabalho de manutenção da iluminação, porque estavam trabalhando além do normal, de forma excepcional, e parabenizou tal equipe, comandada pelo funcionário Sidrac; que ele registrava seu descontentamento, pela forma, como era cobrada a CIP, sem que um centavo sequer tivesse sido investido na recuperação da iluminação, durante cinco meses, na gestão passada; que, embora soubessem seriam votos vencidos, os antigos vereadores tinham mantido a posição contrária; que as justificativas tinham se iniciado, logo após a aprovação, por isso, o vereador clamava por atenção, quando de um projeto polêmico para votação, porque tais assuntos intervieram, diretamente, na vida do munícipe, devendo o vereador nunca agradar ao Executivo, mas sim, entender o impacto a ser causado, na população, e que, existia sim, o livre arbítrio de decidir, num espaço democrático, como era o plenário da Câmara, mas impossível era justificar tal posição, posteriormente, ao eleitor. Depois, dirigindo-se ao Vereador Geraldo Bertanha, aprovou sua ideia de contratação de estagiários, para manutenção do site do Poder Legislativo, seu abastecimento com notícias e a divulgação do trabalho dos vereadores, bem como registrou que, logo após as últimas eleições, o Vereador Geraldo Bertanha tinha proposto parceria com o jornal A Comarca, fazendo a Semana do Vereador, para que os edis se apresentassem à população, o que tinha sido excelente iniciativa também, levando o orador à perguntar, sobre a possibilidade da Rádio Transamérica estabelecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

parceria com a Câmara, para divulgação dos trabalhos dos vereadores, sugerindo, então, para encerrar, a Quinzena do Vereador, que seria uma excelente iniciativa, para a divulgação das plataformas dos vereadores. O próximo orador foi o Vereador Cristiano Gaioto, que elogiou a organização do evento do Dia da Vitória, 72º aniversário do fim da 2ª Guerra Mundial, destacando a colaboração dos senhores assessores Nelson Victal do Prado Júnior, o cerimonialista, Fábio Zinetti e Clodomar Tavares, bem como agradeceu à funcionária Ana Paula, que ajudara, na organização. O evento não era realizado há dez anos, logo, parabenizou a Presidência da Câmara, pela iniciativa. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele endossou o convite feito pelo Vereador Alexandre Cintra, para que todos participassem e divulgassem a Semana do Brincar, bem como, para o encerramento, no sábado, com a reabertura da Brinquedoteca e fechamento, para o trânsito de veículos, da Rua Coronel João Leite, trecho entre Rua Marciliano até a Rua 13 de Maio, visando espaço livre para as brincadeiras de rua, hoje, não tão comuns às crianças, as quais só buscavam a tecnologia, atualmente. Destacou, que as crianças da atualidade precisavam aprender a ‘brincar brincadeiras sadias’. Comunicou que, na próxima quarta-feira, a Secretária de Educação, Flávia Rossi, receberia delegações de sessenta cidades, as quais participariam de um evento da área da educação. Prosseguindo, falou que havia uma situação que o estava incomodando e muito. Falou que era um homem da imprensa, da comunicação; que brincava, às vezes, sobre a diferença que existia entre a ‘pata e a galinha’, ou seja, que a pata não contava ‘aos quatro cantos’, quando botava seu ovo, e disse que os vereadores tinham que ser como a galinha, contar o que faziam, para que a população deixasse de utilizar a rede social, por exemplo, pedindo que vereador doasse salário, para determinada coisa, porque a população precisava entender, que eram situações nada inerentes aos vereadores; que doar salário não era obrigação de vereador, mas sim, os vereadores tinham sido eleitos para fiscalizar, apresentar ideias e propostas; que não era obrigação de vereador fazer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

doações e ele não conseguia entender o porquê dessas situações, haja vista que, se os vereadores todos dosassem os salários, mesmo assim, não conseguiriam resolver os problemas da Santa Casa, por exemplo, ou da Equipotência, outro exemplo; que ele não tinha sido eleito, para fazer acordos, mas aquilo que estava acontecendo, na esfera federal, certamente, estava implicando, na esfera municipal, pois bastava o cidadão se encontrar com um vereador, que já começava a fazer cálculos de doações salariais, e lembrou ainda, que o orador da Tribuna Livre, professor Newton Magalhães, tinha pedido aos vereadores, que doassem duzentos e cinquenta reais ao alunos do curso de pré-vestibular gratuito, que ele não estava criticando o professor, mas, na rua, o vereador estava sendo sempre associado à doação salarial, o que lhe parecia, como se o vereador não tivesse valor algum, para a sociedade, e que, para tentar reverter esta imagem, os vereadores estavam trabalhando e dialogando, conversando e buscando ideias, para o entendimento comum, portanto, se conseguissem tais coisas, em três anos e meio, certamente, fariam a diferença. O próximo orador foi o Vereador Gérson Luiz Rossi Junior. O vereador, rapidamente, agradeceu a aprovação do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 24/2017, ambos de sua autoria, estabelecendo que a lei seria muito importante, para a captação de recursos, em prol das entidades assistenciais da cidade, durante toda uma semana de fomentações, neste sentido, e mencionou, como excelente exemplo de tais operações, a captação, que há anos já era efetuada, com o Banco Itaú. Afirmou, que o mês de outubro era o ideal, para a fomentação da captação dos recursos, porque os contadores fechavam os exercícios anuais, no mês de dezembro, podendo eles realizar os depósitos dos fundos municipais; que a Câmara deveria ajudar as entidades a se capacitarem, a fim de que elas pudessem fazer seus projetos, apresentá-los e conseguir a captação de recursos, recursos estes, que eram muito fáceis de operar para os contadores, que era muito importante, então, assumir o compromisso da Semana



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Municipal de Incentivo à Doação às Entidades do Terceiro Setor, e que, ele esperava, sinceramente, que a lei apresentada não se tornasse inócua. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador Jorge Setoguchi. Ele parabenizou o senhor Sebastião Zoli Filho, representante consular da Itália, pela realização de mais uma Festa Della Mamma, a qual tinha sido um sucesso, bem como lhe agradeceu, pelo todo, que permanecera, na praça, para o evento Dia da Vitória. Prosseguiu, com os agradecimentos aos proprietários do Depósito de Bebidas Santa Cruz, bem como à senhora Célia, da Funerária São Luiz, pela doação de uma coroa de flores; senhor Nelson Victal do Prado Junior, cerimonialista; o grande apoio de Ana Paula, recepcionista da Câmara, e para concluir, reforçou convite para a Conferência Municipal Assistência Social, cujo objetivo era a garantia de direitos importantes. Novamente, na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, facultou o uso da palavra ao Vereador Luís Roberto Tavares. Ele iniciou, comentando resposta, que recebera, da Secretaria de Educação, a respeito de vagas, em creches, sublinhando que o déficit, em Mogi Mirim, era de quinhentos e sete vagas, e que, Mogi Mirim tinha treze creches, com mil, quatrocentos e setenta e sete vagas, tinha duas obras paradas, ou seja, a creche do Jardim Planalto e a do NIAS, e existiam ainda, duas áreas indicadas, para construção de novas creches, a saber, uma área, na zona leste, e outra, na zona norte. Aclarou, que ele tinha solicitado limpeza, para as creches do CAIC e do NIAS, esta última, mesmo com as obras inconclusas, porque ele tinha feito um vídeo, mostrando que, ao lado da Creche do CAIC, existia a creche do NIAS, onde o mato estava muito alto e havia um montículo de terra, do qual os vândalos se utilizavam, para pular, para dentro da creche do CAIC, numa visível falta de segurança aos alunos, e que, ele estava aguardando a retomada das obras, de forma urgente. A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

seguir, se reportou às palavras proferidas pelo Vereador Marcos Antônio Franco, sobre as condições do Túnel Mário Covas, local que sempre alagava e impedia a passagem de transeuntes, concordando com a posição do colega e dizendo, que as obras que estavam sendo feitas trariam melhorias ao local, rampas de acesso, em ambos os lados do túnel. Salientou ainda, projeto que iria propor, através de ofício, ao Secretário de Agricultura, Ivair Biazotto, para a recuperação da nascente do Córrego Toledo, localizado no Bairro Mogi Mirim II, objetivando o reflorestamento da nascente, a partir do plantio de cem árvores, no dia 5 de junho próximo, Dia do Meio Ambiente. Dirigindo-se ao Vereador Geraldo Vicente Bertanha, colocou que estava em tratativas, com a Secretária de Planejamento, Paula Zeferino, portanto, que ele era sabedor da ideia de regularização dos terrenos do Parque das Laranjeiras, a partir de um processo coletivo de usucapião; que, desde 2005, ele estava tentando regularizar o Jardim Europa, já tendo percorrido vários caminhos – Prefeitura, Ministério Público, Caixa Econômica Federal, Receita Federal, Defensoria Pública de São Paulo, menos o loteador, porque estava falido e perdera os terrenos para o INSS; que, na Defensoria Pública, tinham lhe dito para ser rápido e ele, então, refizera pedido à Prefeitura Municipal, que o negara, novamente, que o melhor caminho seria o particular, mas que Paula Zeferino insistia no usucapião coletivo, portanto, ele enviaria a ela toda a documentação, que ele detinha, inclusive, as respostas recebidas dos vários órgãos e abaixo-assinadas, algo que ele efetuará, na semana, em curso, e que, ele via com bons olhos o caminho do processo de usucapião coletivo, tendo cessado sua atuação, aguardando, então, o cumprimento do que havia sido dito, pela Secretária Paula. Como o próximo inscrito, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino desistisse da palavra, fez uso da mesma, ato contínuo, o Vereador Marcos Antônio Franco, que também falou acerca da Contribuição para Iluminação Pública – CIP e comentou seu exemplo, proprietário de um terreno, no Bairro Bela Vista, que há dois anos ele estava pagando quinze reais/mês, de CIP,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

num total de trezentos e sessenta reais, em dois anos, e a rua nem luz tinha, nem poste possuía. Disse, que outros tantos pais de famílias tiravam o dinheiro da ‘boca dos filhos’, para conseguirem pagar a conta de luz, acrescida da CIP; que estranhava uma arrecadação de milhões, nenhuma manutenção e perguntou onde estava o dinheiro, que ele deixava, então, um alerta, desejoso de saber, onde tinha sido utilizado o dinheiro arrecadado, e que, na vizinha cidade de Mogi Guaçu, eram cobrados quatro reais/mês, de CIP, enquanto que, em Mogi Mirim, cobrava-se cerca de quinze reais/mês, logo, quatrocentos por cento, a mais. Dirigindo-se à Vereadora Sônia Regina Rodrigues, falou sobre as mulheres, colocando que, quando se falava no Dia das Mulheres, ele sempre se emocionava e citou o Livro de Gênesis, capítulo 2, 18, que citava a criação da mulher, para ser companheira do homem. Parabenizou todas as mulheres, as vereadoras, serventes, promotoras etc., disse que ‘tirava o chapéu’, para as mulheres e relatou sobre sua filha, que tinha sofrido acidente, com dezoito anos, tornara-se paraplégica, cursara veterinária, formava-se, no ano em curso, dirigia sozinha seu próprio carro e também, tinha CNH, para dirigir ônibus, autorização adquirida, em autoescola, na cidade de São Paulo, sendo ela, a primeira mulher cadeirante, no Brasil, a ter a CNH categoria B, portanto, ele agradecia a Deus, pela filha, e rogou a Deus, para que protegesse a vida das mulheres. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela também versou a respeito da CIP, reafirmando o que já fora dito, de que a CIP tinha sido aprovada, pela grande maioria dos edis da Câmara anterior, com os votos contrários dos Vereadores Cinoê, Luís Roberto, Luiz Guarnieri, Luzia e ela, oradora; que esta tinha sido uma das leis, as quais não tinham conseguido impedir de serem aprovadas; que ela pedia, então, ao Presidente da Câmara, que levasse ao prefeito o pedido de revisão da CIP, haja vista, que o gestor municipal, Prefeito Carlos Nelson Bueno, havia afirmado, que tentaria repactuar todos os convênios e compromissos assumidos, pelo governo anterior; que ela estava solicitando ainda, via requerimento,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dirigido ao Serviços de saneamento de Mogi Mirim - SESAMM, que ainda cobrava sete milhões da municipalidade, saber qual forma o atual governo estava utilizando, para suspender tal pagamento; que a CIP não estava fazendo jus ao dinheiro arrecadado; que ela sabia da precariedade do serviço, que era feito de forma doméstica, pois, no dia, em que se tinham lâmpadas, não se tinha reatores, nem eletricitistas, logo, uma ação que merecia crédito, mas nada eficiente, diante dos quinhentos e quarenta mil reais/mês, arrecadados, os quais não podiam ser utilizados, para outra destinação; que ela aguardava a manifestação do prefeito, mesmo num momento difícil de vida pública, no gerenciamento da cidade, que, certamente, influenciava nas situações; que ela registrava uma manifestação geral da população, de que era voz corrente, que o prefeito estava vagaroso, no recapeamento das ruas da cidade, e citou, palavras do prefeito, quando ele lhe havia dito, que estava sendo, para ele, um ‘desafio limpar as ruas da cidade’, perguntando a vereadora, então, como era isso possível, ser ele desafiado, por apenas limpar as ruas da cidade, e questionou, quantos mandatos públicos o prefeito tinha nas costas; que ela era sabedora, de que a empresa Terra Brasil tinha retirado gente, de limpar praças, para recolher entulho, e conjecturou se a Terra Brasil estava trabalhando, com o mínimo de trabalhadores; que a receita da cidade não tinha caído; que o prefeito precisava começar a ‘correr’ mais, porque o povo começava a sair da ‘lua de mel’ e isto tornava mais árduo o ‘dia a dia dos casados’; que ela apelava, diante do Líder de Governo, Vereador Geraldo Bertanha, que encaminhasse o pedido, pois o mínimo, que se podia oferecer ao cidadão, era a limpeza, e citou praças, onde o lixo não era recolhido há dias, estabelecendo que a praça central estava imunda, canteiros apenas, em terra, e que, ela desejava ver algum resultado, na praça, pois era o mínimo a ser fazer, pela cidade. Também fez uso da palavra o Vereador Moacir Genuario. Ele, de início, cumprimentou o Vereador Luís Roberto Tavares, pelo seu empenho, em prol da população da zona leste, especialmente, a mudança da mão de direção, na



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Rua José Benedito, a ‘rua da creche’, afirmando que a população daquelas imediações estava muito satisfeita, com a atuação do vereador, bem como parabenizou o Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que tinha também atuado, na citada alteração. Depois parabenizou o Vereador Cristiano Gaioto, que apresentara requerimento, para a passagem da máquina, nas ruas de terra das Chácaras São Francisco, local de residência do Vereador Moacir. Na sequência, falou também sobre a CIP e perguntou, sem rodeios, se os braceletes dos braços dos postes iriam permanecer abandonados, no pátio do DSM, e se a administração não os poderia utilizar, para colocar iluminação, onde não havia. Registrou ainda, seu descontentamento, para com o Presidente da Câmara, Vereador Jorge Setoguchi, que havia permitido ao orador da Tribuna Livre, que se desviasse do assunto objeto da solicitação, e criticou a alteração, que tinha sido feita, na lei, a qual antecipara a realização da Tribuna Livre, para o meio da sessão, colocando que os oradores deveriam permanecer até o final, para também eles ouvirem o que os vereadores tinham para falar. Destacou que o Senhor Luiz Barrichelo, segundo orador da Tribuna Livre, na sessão, em curso, tinha utilizado a Câmara, para se justificar sobre o CONSEG, quando o tema de sua solicitação tinha sido a educação de adultos, numa atitude de deselegância, e narrou ainda, que tinha participado da última formação do CONSEG, frisando que a diferença entre o CONSEG atual e o anterior era grande, porque o Capitão Peixoto, atual presidente do CONSEG, trabalhava e realizava, enquanto que o ex-presidente, Luiz Barrichelo, não. Lembrou, que à época do ex-presidente Luiz Barrichelo só ‘se faziam muitas reuniões’, e que, agora, o trabalho surtia efeito, algo que poderia ser facilmente constatado, pelos jornais, observando-se a queda, na criminalidade, e as muitas notícias sobre prisões. Sublinhou, que os vereadores, diante da omissão do Presidente da Câmara, tinham sido usados pelo senhor Luiz Barrichelo, que disfarçara o tema da Tribuna e tinha trazido, inclusive, ‘retaguarda’, o Capitão Cavalheiro, o qual permanecera, nas galerias, portanto, ele parabenizava o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

atual CONSEG, sua formação, e as polícias, que estavam trabalhando e com resultados. O próximo orador foi o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Ele iniciou, destacando que os Vereadores Tiago Costa, Sônia Rodrigues e Gérson Rossi, bem como o seu assessor, Dr. Diego Mussato, eram todos advogados; que ele não achava, que o Código de Processo Penal estivesse tão defasado ao ponto das pessoas colocarem, que as coisas aconteciam ‘por falta de leis’, mas na verdade, na grande verdade, o que acontecia era que as leis brasileiras não eram aplicadas da maneira correta, infelizmente; que o problema eram as pessoas do Poder Judiciário, as quais não faziam seu trabalho bem-feito, como deveriam fazer, pois, se o Brasil estava na lama, a qual respingava, em Mogi Mirim, a culpa era, justamente, desses julgadores; que ele era apenas um cidadão brasileiro contribuinte, pagador de impostos; que, se todos os impostos arrecadados fossem revertidos, em prol da população, o Brasil teria uma qualidade de vida fenomenal; que o Zé Dirceu tinha recebido uma pena de mais de cem anos e o Ministro do STF tinha julgado favorável seu habeas corpus, colocando um criminoso de alta periculosidade nas ruas, e ele, Zé Dirceu, já tinha se mudado para Brasília, e falou ainda, do criminoso Eike Batista, o qual tinha provocado ‘um arraso nas contas públicas brasileiras’, com tantas maracutaias, livre também; que ele estava visitando cidades, tais como, Cambuí, Pouso Alegre, São João da Boa Vista, Jaguariúna, Limeira e Piracicaba, cidades, cujos empresários estavam contratando trabalhadores, onde a demanda de emprego estava subindo; que todos os empresários estavam apostando, no governo; que ele podia ver o povo clamando por mais empregos e citou, que a pessoa desempregada não conseguia pagar a água e luz e sequer conseguia entrar no refis, para renegociar suas dívidas, com IPTU, por exemplo; que um vereador da Casa, conforme publicado, nos jornais do passado, tinha conseguido uma verba de quarenta e seis milhões de reais, em Brasília, para arrumar o Parque das Laranjeiras, sem que ninguém nunca tivesse visto o dinheiro, e perguntou mais, o que acontecera



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

com o dinheiro e quem iria ‘mexer na contabilidade para saber’, haja vista que o dinheiro tinha deixado Brasília e havia um registro disso, na Capital, uma justificativa, de onde tinha ido parar, que era esta corrupção, que estava acabando com o país e com o povo de Mogi Mirim, e que, ele continuaria tentando trabalhar, diante das inúmeras reclamações, que lhe chegavam, bem como saber o que fora feito do dinheiro. O último inscrito, Vereador Samuel Nogueira Cavalcante, desistiu da palavra. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento da *Senhora Maria Angelina Martins dos Santos*, falecida recentemente. Cumprida dita providência e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Jorge Setoguchi, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h29, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM